

72

ANEXO

(Modelo para Entidades do Setor Não Lucrativo)

1. Identificação da entidade

1.1 Designação da entidade: Centro de Promoção Social do Furadouro

1.2 Sede: Avenida da República, Furadouro, 3880-350 Ovar

1.3 Natureza da actividade:

- Principal: Atividades de cuidados para crianças (CAE 88910).
- Secundárias: Outras atividades de apoio social sem alojamento (CAE 88990); Educação Pré-escolar (CAE 85100); Atividades de apoio social para pessoas idosas sem alojamento (CAE 88101).

1.4 Designação da empresa-mãe: Não aplicável.

1.5: Sede da empresa-mãe: Não aplicável.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico adoptado

As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística, tendo sido adoptada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF – ESNL) de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, e tendo em conta as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho bem como a Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho.

2.2 Indicação e justificação das disposições do ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo ESNL.

2.3 Indicação e comentário das contas do Balanço e da Demonstração dos Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2016, para efeitos comparativos estão apresentados em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.



3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 Principais políticas contabilísticas

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição líquido deduzido das respectivas depreciações.

Ativos fixos intangíveis

Os activos fixos intangíveis são registados ao custo de aquisição líquido.

Inventários

Os produtos acabados e intermédios encontram-se valorizados ao custo de produção e de aquisição.

Crédito a receber e outros ativos correntes

As dívidas de clientes ou de outros terceiros estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade e são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros.

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa correspondem a meios monetários imediatamente realizáveis.

Fornecedores e outros passivos correntes

As contas a pagar a fornecedores e outros credores estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade e são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros.

Rédito

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

Subsídios do governo e apoios do governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidos e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração dos resultados.

b) Outras políticas contabilísticas relevantes:

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

Handwritten mark resembling a stylized 'X' or 'K'.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspectiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas:

Não existem situações que afectem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

3.2 Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

Não aplicável.

3.3 Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

Não aplicável.

3.4 Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

Não aplicável.

3.5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL (divulgação transitória):

Não aplicável.

4. Ativos fixos tangíveis

4.1 Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta: os activos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas.

b) Métodos de depreciação usados: os ativos fixos tangíveis são depreciados usando o método da linha recta.

c) Vidas úteis: as taxas de depreciação usadas reflectem a vida útil estimada dos bens:

Ativo fixo tangível	Vida útil (anos)
Edifícios e outras construções	2 a 10
Equipamento básico	4 e 10
Equipamento administrativo	20
Outros activos fixos	3 a 10

d) Reconciliação da quantia escriturada bruta no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações (valores em euros):

Ativo não corrente

Rubricas	Saldo inicial	Reaval. / Ajustam.	Aumentos	Alienações	Transf. e abates	Saldo final
Activos fixos tangíveis:						
Terrenos e recursos naturais	498,79					498,79
Edifícios e outras construções	335.289,21					335.289,21
Equipamento básico	74.875,82					74.875,82
Equipamento de transporte	37.963,27					37.963,27
Equipamento administrativo	48.814,31					48.814,31
Outras activos fixos tangíveis	7.471,33					7.471,33
	<u>504.912,73</u>					<u>504.912,73</u>

Depreciações e ajustamentos

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Anulação/ Reversão	Saldo final
Activos fixos tangíveis:				
Terrenos e recursos naturais	0	0		0
Edifícios e outras construções	119.957,37	6.995,11		126.952,48
Equipamento básico	69.690,43	1.298,78		70.989,21
Equipamento de transporte	37.963,27	0		37.963,27
Equipamento administrativo	48.154,95	329,64		48.484,59
Outros activos fixos tangíveis	7.471,33	0		7.471,33
	<u>283.237,35</u>	<u>8.623,53</u>		<u>291.860,88</u>

5. Inventários

5.1 Políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada.

Os inventários foram mensurados de acordo com os custos de aquisição.

5.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os inventários da Instituição detalham-se conforme segue (valores em euros):

Inventários	31.12.2016	31.12.2015
Matérias-Primas		
- Géneros alimentares	849,93	863,39
Total	849,93	863,39

5.3 A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período, bem como de qualquer reversão de ajustamento que tenha sido reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período, e circunstâncias ou acontecimentos que conduziram a tal reversão.



Movimentos	Mercadorias	Matérias-Primas subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	0	863,39
Compras	0	39.144,96
Regularização de existências	0	6.593,88
Existências finais	0	849,93
Custos no exercício	0	45.752,30

6. Rendimentos e gastos

6.1 Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços.

O rédito compreende o justo valor da prestação de serviços, líquido de impostos, sendo reconhecido da seguinte forma:

- O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento dos serviços prestados. Assim, no que concerne às comparticipações dos familiares dos utentes, o reconhecimento é feito ao longo do período económico.
- O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Instituição e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

6.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período

a) Prestação de serviços

Os principais rendimentos incluídos na rubrica prestação de serviços são relativos às comparticipações pagas pelos utentes (valores em euros):

Rubrica	Valor
Prestação de Serviços	133.483,10

b) Outros rendimentos e ganhos

Os principais rendimentos incluídos nesta rubrica são referentes a (valores em euros):

Rubrica	Valor
Rendimentos suplementares – Férias Animadas	1.291,00
Donativos em Espécie – Géneros Alimentares	6.593,88
Donativos em Espécie – Outros	2.179,88

7. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

7.1 Subsídios à exploração

A Instituição beneficiou durante o exercício de 2016 de vários subsídios os quais totalizaram 432.913,23 €.

Os subsídios à exploração foram reconhecidos como rendimento do período. Estes subsídios foram concedido pelas seguintes entidades:

- Centro Regional da Segurança Social de Aveiro, no montante de 413.815,03 €, relativa à actividade desenvolvida no âmbito da Infância e Juventude, Família e Comunidade, e Terceira Idade.
- Instituto do Emprego e Formação Profissional, no montante de 6.388,71 €, relativo a contratos de emprego inserção e a um estágio profissional.
- Câmara Municipal de Ovar, no montante de 9.551,35 €, relativo ao Protocolo de Apoio ao Associativismo.
- União de Freguesias de Ovar, no montante de 750,00 €, relativo ao Protocolo de Apoio ao Associativismo.

À Instituição foram ainda efectuados vários donativos por particulares e empresas no montante de 2.408,14 €.

8. Instrumentos financeiros

8.1 Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.

a) Os Instrumentos financeiros foram mensurados ao custo menos perda por imparidade (quando aplicável):

- Meios Financeiros Líquidos, Fornecedores, Créditos a receber, Outros ativos correntes, Outros passivos correntes.

b) Fundos Patrimoniais

A rubrica Fundos constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os Fundos Patrimoniais são compostos por fundos atribuídos pelos fundadores da Instituição ou terceiros; fundos acumulados e outros excedentes; e subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

8.2 Explicitação dos movimentos ocorridos no período nas rubricas em que se verificaram alterações mais significativas

a) Movimentos ocorridos em cada uma das rubricas de Fundos Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica Fundos Patrimoniais apresentava a seguinte decomposição (valores em euros):

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Fundos	90.909,21			90.909,21
Resultados transitados	21.946,51		3.549,95	18.396,56
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.598,32		646,28	952,04
Total	114.454,04		6.163,53	110.257,81

b) Movimentos ocorridos na conta Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica Estado e outros entes públicos apresentava a seguinte decomposição (valores em euros):

<i>Estado e Outros Entes Públicos</i>	31.12.2016	31.12.2015
- Ativos:		
IVA – A recuperar	1.298,13	1.352,02
	1.298,13	1.352,02
- Passivos:		
Retenção de impostos s/ rendimento	2.922,00	3.241,00
Contribuições p/ Seg. Social	8.822,26	8.876,87
Total	11.744,26	12.117,87

c) Movimentos ocorridos na conta Outros ativos correntes

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica Outros ativos correntes apresentava a seguinte decomposição (valores em euros):

<i>Outros ativos correntes</i>	31.12.2016	31.12.2015
Adiantamentos ao pessoal	295,79	295,79
IEFP	5.114,70	4.485,87
Outros	30,09	0,00
Total	5.440,58	4.781,66

d) Movimentos ocorridos na conta Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica Diferimentos apresentava a seguinte decomposição (valores em euros):

<i>Diferimentos</i>	31.12.2016	31.12.2015
- Activos:		
Gastos a reconhecer	3.155,83	3.056,24
Total	3.155,83	3.056,24
- Passivos:		
Rendimentos a reconhecer	59.874,71	64.535,01
Total	59.874,71	64.535,01

e) Movimentos ocorridos na conta Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica Fornecedores apresentava a seguinte decomposição (valores em euros):

<i>Fornecedores</i>	31.12.2016	31.12.2015
Fornecedores c/Corrente	7.603,95	5.557,92
Total	7.603,95	5.557,92

f) Movimentos ocorridos na conta Outros passivos correntes

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica Outros passivos correntes apresentava a seguinte decomposição (valores em euros):

<i>Outros passivos correntes</i>	31.12.2016	31.12.2015
Pessoal – Ordenados	98,79	0,00
Pessoal – Subsídio de Natal	9.509,92	0,00
Devedores por acréscimo de rendimentos	0,00	114,96
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	64.180,61	63.537,20
Outras despesas diferidas	3.185,53	2.436,28
Outros devedores e credores		
Sindicatos	47,49	53,40
Consultores, Assess. e Intermediários	0,00	735,00
Total	77.022,34	66.876,84

g) Movimentos ocorridos na conta Caixa e Depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica Caixa e Depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição (valores em euros):

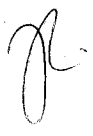
	31.12.2016	31.12.2015
<i>Caixa</i>		
Fundo Fixo	1.528,23	1.500,00
Recebimentos	801,49	225,38
<i>Depósitos à ordem</i>		
BPI – Conta 1	23.979,36	7.301,86
BPI – Conta 1	710,73	3.268,96
Total	27.019,81	12.296,20

9. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos no período de 2016 foram 5. Os órgãos diretivos não usufruem de qualquer tipo de remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Instituição em 31/12/2016 foi de 30. Os gastos que a Instituição incorreu com os funcionários foram os seguintes (valores em euros):

Descrição	2016	2015
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal		
- Remunerações certas	360.169,42	360.110,83
- Abonos para falhas	348,00	348,00
- Subsídio de alimentação	0,00	0,00
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	80.912,50	77.839,56
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	5.395,73	3.959,65
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal		
- Gratificações	544,00	547,50
- Outros custos	6.799,92	9.128,68
Total	454.169,57	451.934,22



Refira-se que a data de 31/12/2016 a Instituição tem em dívida, perante os seus funcionários, metade do Subsídio de Natal, a que corresponde um valor de 9.509,92.

10. Outras informações

- Não existem empréstimos a membros dos órgãos sociais da Associação.
- Não existem dívidas incluídas na conta “Estado e outros entes públicos” em situação de mora.
- Não existem dívidas a terceiros a mais de cinco anos.
- Não existem dívidas a terceiros, reconhecidas pela Associação, cobertas por garantias reais.
- Não existem compromissos financeiros que não figurem no balanço.
- Não existem garantias prestadas a terceiros.

